

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da Necessidade da Contratação

A aquisição de motocicletas para equipar a frota do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Morada Nova se configura como um investimento crucial para aprimorar a qualidade dos serviços prestados à população, e assim o deslocamento dos colaboradores nos atendimentos dos diversos serviços de operação de manutenção nas redes de águas e benefícios podem ser esperados dessa iniciativa, tais como:

1.1. Maior Agilidade e Eficiência Operacional:

- As motocicletas proporcionam maior mobilidade aos técnicos do SAAE, permitindo que alcancem áreas de difícil acesso com mais rapidez e facilidade, especialmente em locais com ruas estreitas, congestionamentos ou topografia acidentada.

- Isso se traduz em:

1.2. Redução do tempo de resposta, facilitando assim a chamados de emergência, como vazamentos e reparos urgentes, minimizando transtornos para os moradores e garantindo um atendimento mais célere e eficaz.

1.3. Otimização do tempo de deslocamento entre diferentes pontos de serviço, possibilitando a realização de mais atendimentos em um mesmo dia, o que contribui para o aumento da produtividade e da eficiência operacional do SAAE.

1.4. Agilidade na execução de tarefas rotineiras, como leitura de hidrômetros, vistorias e inspeções, otimizando o planejamento das rotas e permitindo uma gestão mais eficiente do tempo dos técnicos.

1.5. Melhoria na Qualidade dos Serviços Prestados:

- A maior agilidade proporcionada pelas motocicletas se reflete diretamente na qualidade dos serviços prestados pelo SAAE.

- Com mais tempo hábil para cada atendimento, os técnicos podem se dedicar com mais atenção à resolução dos problemas, realizando um trabalho mais preciso e eficaz.

- Isso significa:

1.6. Maior precisão na identificação e no diagnóstico de problemas, evitando retrabalho e desperdício de recursos.

1.6.1. Soluções mais definitivas para os problemas da rede de água e esgoto, diminuindo a incidência de reincidência de avarias e otimizando os recursos utilizados em reparos.

1.6.2. Melhoria na qualidade da água fornecida à população, como resultado da maior eficiência na manutenção e na inspeção da rede.

1.6.3. Redução no índice de perdas de água, através da rápida identificação e reparo de vazamentos.

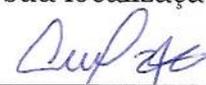
2. Ampliação da Cobertura Atendimento:

- As motocicletas permitem que o SAAE alcance áreas remotas e de difícil acesso que antes não eram atendidas com tanta frequência, devido às limitações de locomoção com veículos maiores.

- Isso significa: **Maior equidade no acesso aos serviços de água e esgoto**, beneficiando comunidades que antes estavam excluídas ou subatendidas, melhoria na qualidade de vida da população, especialmente em áreas rurais e periféricas, que terão acesso a serviços essenciais para saúde e bem-estar.

Promoção da inclusão social, garantindo que todos os cidadãos de Morada Nova tenham acesso aos serviços básicos de saneamento, independentemente da sua localização.

3. Otimização dos Custos Operacionais:



- A utiliza o de motocicletas pode gerar economia para o SAAE, pois apresentam: Menores custos de manuten o e consumo de combustível em compara o com veículos maiores. Maior facilidade de estacionamento, especialmente em áreas congestionadas, o que reduz o tempo perdido em busca de vagas e otimiza o tempo de trabalho dos técnicos. E menor desgaste das vias públicas, devido ao menor peso e   menor traço das motocicletas.

4. Reforço da Imagem Institucional:

- A aquisi o de motocicletas demonstra o compromisso do SAAE com a moderniza o e a eficiência na presta o de serviços, reforçando a imagem institucional da autarquia como uma organiza o inovadora e comprometida com a qualidade de vida da popula o.
- A visibilidade das motocicletas pelas ruas de Morada Nova contribui para a divulga o da Logomarca SAAE e para a percep o positiva dos serviços prestados pela autarquia por parte da comunidade.

5. Contribui o para a Sustentabilidade agilidade dos serviços:

- As motocicletas, especialmente modelos elétricos ou híbridos, podem contribuir para a redu o da emissão de gases poluentes e do impacto ambiental das atividades do SAAE de Morada Nova. Isso se alinha às metas de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, demonstrando o compromisso da autarquia com a preserva o do meio ambiente. As motocicletas modernas podem ser equipadas com diversos recursos de segurança que protegem os condutores em caso de acidentes, como freios ABS, antenas de prote o contra fios laminados e controle de traço.

Conclusão A contrata o, portanto, desempenha um papel fundamental na estratégia de crescimento e adapta o da organiza o. Ela não somente soluciona questões imediatas de capacidade e competência, mas também se alinha com as metas de longo prazo de inova o e desenvolvimento. Ao compreender e atuar proativamente sobre a necessidade de contrata o, a organiza o posiciona-se para alcançar uma evolu o sustentada e vantagem competitiva no mercado.

2.  rea requisitante

�rea requisitante	Responsável
SERVIÇO AUT�NOMO DE ÁGUA E ESGOTO	PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA DINIZ SILVA

Dota o orçamentaria: 1201 04 122 0038 1.021 – Construir, Ampliar e Equipar as unidades Administrativas do SAAE; Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanentes sub elemento de despesa: 4.4.90.52.48 – Veículos Diversos; Fonte de Recurso: 1753000000, Taxas, contribui es e preços públicos, consignado no Orçamento de 2025, como também previsto no PCA de 2025. Responsável: PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA DINIZ SILVA, Presidente do SAAE.



3. Descrição dos Requisitos da Contratação

VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA ZERO 0KM, ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: 109,5CC, TRANSMISSÃO 4 TEMPOS, POTÊNCIA MÁXIMA DE 8,43 CV A 7.250 RPM, TORQUE MÁXIMO: 0,945 KGF.M A 5.000 RPM, SISTEMA DE PARTIDA ELÉTRICA, SISTEMA ALIMENTAÇÃO INJEÇÃO ELETRÔNICA, SUSPENSÃO DIANTEIRA: GARFO TELESCÓPICO / 100 MM SUSPENSÃO TRASEIRA: DOIS AMORTECEDORES / 83MM, PNEU DIANTEIRO: 60/100 - 17, PNEU TRASEIRO: 80/100 - 14. BATERIA DE 12V-4-AH, COMBUSTÍVEL À GASOLINA, CAPACIDADE MÍNIMA TANQUE DE 4,2 LITROS. GARANTIA DO FABRICANTE: 03 ANOS

4. Levantamento de mercado

O levantamento de mercado é etapa crucial na preparação para a contratação de um objeto por parte dos órgãos públicos. Este processo envolve a identificação das opções de contratação disponíveis e a seleção da solução que melhor atenda às necessidades do órgão em questão. Abaixo, exploraremos as principais soluções de contratação e avaliaremos qual seria a mais adequada, conforme os contextos exemplificados.

Principais Soluções de

Contratação Direta com o Fornecedor

Esta modalidade permite ao órgão público negociar diretamente com o fornecedor do bem ou serviço desejado. É uma opção viável para casos específicos onde a lei permite tal modalidade, geralmente por questões de menor valor ou característica única do produto ou serviço.

2. A terceirização acontece quando um órgão público contrata uma empresa para ser responsável pela realização de determinadas atividades, que podem incluir desde serviços gerais até atividades meio e esta opção é adequada para órgãos que desejam focar em suas atividades- m, deixando a gestão de atividades-meio para empresas especializadas.

3. Formas Alternativas de Contratação - Sistema de Registro de Preços (SRP) Permite a contratação de bens e serviços com flexibilidade, baseada em preços registrados previamente, com a vantagem de servir para múltiplos órgãos públicos.

Pregão Eletrônico: Voltado principalmente para a aquisição de bens e serviços comuns, onde a disputa pelo fornecimento é feita de forma eletrônica. - Concorrência Pública: Ideal para grandes contratações, permite uma ampla competição entre os possíveis fornecedores, seguindo princípios de transparência e igualdade.

Avaliação da Solução Mais Adequada Para identificar a solução mais adequada para atender às necessidades de contratação, é essencial considerar os seguintes aspectos: natureza do objeto a ser contratado, valor estimado da contratação, especificidades técnicas e legais, e o prazo para realização da contratação. - Para contratações de baixo valor ou com objetos de alta especificidade que apenas certos fornecedores podem atender, a Contratação Direta pode ser a mais adequada, simplificando o processo e permitindo uma negociação direta.

Em situações onde há a necessidade contínua de aquisição de bens ou contratação de serviços, e se deseja garantir a economicidade e eficiência ao longo do tempo, o Sistema de Registro de Preços mostra-se uma excelente alternativa. Esta modalidade oferece flexibilidade e eficiência no uso dos recursos públicos. - Para bens e serviços comuns, onde a competitividade entre fornecedores pode resultar em melhores condições para a administração pública, o ****Pregão Eletrônico**** é a opção mais adequada, dado seu potencial em maximizar a transparência e reduzir custos. - Finalmente, para grandes projetos e contratações complexas, a Concorrência Pública torna-se a solução mais ajustada, uma vez que permite uma ampla participação de empresas, garantindo igualdade de condições e possivelmente melhores termos de contratação pelo poder público. A escolha da solução de contratação mais adequada dependerá, portanto, de uma análise criteriosa das características peculiares à necessidade de contratação, considerando-se sempre os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública.

5. Descri o da soluço como um todo

Descri o da Solu o Como um Todo A soluço proposta busca atender de forma integral e eficaz aos preceitos da Lei n  14.133, de 1  de abril de 2021, conhecida como a nova Lei de Licita es e Contratos Administrativos. Esta legisla o veio para atualizar e consolidar as regras sobre licita es e contrata es públicas, trazendo significativas inova es em rela o aos seus antecessores, sobretudo em termos de e ciência, transparência e controle. A seguir, delineamos os aspectos cruciais da soluço, com base em recentes jurisprudências que ilustram e fundamentam nossa abordagem: 1. ****Ado o de Modalidades de Licita o Inovadoras****: A nova Lei 14.133/2021 amplia o leque de modalidades de licita o, introduzindo o diálogo competitivo e a contrata o integrada, entre outros. Neste aspecto, nossa soluço se propõe a implementar processos licitatórios que se ajustem melhor   natureza e   complexidade de cada projeto, conforme a interpreta o dada por tribunais de contas e por decisões judiciais recentes que validam a Flexibilidade e adaptabilidade proporcionada por tais modalidades. 2. ****Critérios de Julgamento e Fase de Habilita o**: Alinhados às diretrizes da Lei e aos entendimentos judiciais, nossa soluço privilegia a ado o de critérios de julgamento que vão além do menor preço, considerando também a melhor técnica ou a combina o de técnica e preço, entre outros, conforme a natureza do objeto contratado. Essa escolha fundamenta-se na jurisprudência que reconhece a importância de critérios que valorizem a qualidade e a sustentabilidade das contrata es públicas. Ademais, a inversão de fases, com a habilita o após o julgamento das propostas, será aplicada quando couber, agilizando o processo licitatório sem detrimento da segurança jurídica. 3. ****Regime de Execu o de Contratos****: Com base na análise de recentes decisões, nosso modelo irá priorizar o regime de execu o que melhor se ajuste ao objeto do contrato, seja ele de empreitada por preço global, empreitada por preço unitário ou contrata o integrada, considerando as peculiaridades de cada empreendimento e a otimiza o de recursos públicos. 4. ****Gestão e Fiscaliza o de Contratos****: A soluço engloba um rigoroso plano de gestão e fiscaliza o de contratos, consonante com o estipulado pela Lei 14.133/2021 e corroborado pelos posicionamentos dos tribunais. Será dada especial aten o   qualifica o dos profissionais encarregados da fiscaliza o,   cláusula de reajuste contratual,   aplica o de penalidades de forma proporcional e justa, e ao gerenciamento dos riscos contratuais, garantindo assim a eficácia e a integridade nas contrata es públicas. 5. ****Transparência e Controle Social****: Inspirados em jurisprudências que enfatizam a importância da transparência e do controle social nos processos de licita o e contrata o pública, a soluço proposta incorporar  ferramentas de monitoramento e divulga o das informa es contratuais de forma clara e acessível, fomentando a participa o popular e o escrutínio dos órgãos de controle. Por m, ressalta-se que a soluço como um todo se fundamenta na observância rigorosa dos princípios administrativos, sobretudo legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, guiando-se pelo viés das interpreta es judiciais e doutrinárias mais recentes sobre a Lei 14.133/2021. Este alinhamento não apenas assegura a conformidade da prática contratual com a legisla o vigente, mas também promove uma gestão pública responsável, transparente e alinhada com as melhores práticas e entendimentos jurídicos atuais.

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

ITEM	DESCRI�O	QTD.	UND.
1	MOTOCICLETA ZERO 0KM, ESPECIFICA�O MÍNIMA: 109,5CC	05	Unidade

Especifica o: TRANSMISSÃO 4 TEMPOS, POTÊNCIA MÁXIMA DE 8,43 CV A 7.250 RPM, TORQUE MÁXIMO: 0,945 KG.F.M A 5.000 RPM, SISTEMA DE PARTIDA ELÉTRICA, SISTEMA ALIMENTA O INJE O ELETRÔNICA, SUSPENSÃO DIANTEIRA: GARFO TELESCÓPICO / 100 MM SUSPENSÃO TRASEIRA: DOIS AMORTECEDORES / 83MM, PNEU DIANTEIRO: 60/100 - 17, PNEU TRASEIRO: 80/100 - 14. BATERIA DE 12V-4-AH, COMBUSTÍVEL   GASOLINA, CAPACIDADE MÍNIMA TANQUE DE 4,2 LITROS. GARANTIA DO FABRICANTE: 03 ANOS.

7. Estimativa do valor da contrata o

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	MOTOCICLETA ZERO 0KM, ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: 109,5CC, TRANSMISSÃO 4 TEMPOS	05	Unidade	16.100,00	80.500,00

Especifica o: POTÊNCIA MÁXIMA DE 8,43 CV A 7.250 RPM, TORQUE MÁXIMO: 0,945 KGF.M A 5.000 RPM, SISTEMA DE PARTIDA ELÉTRICA, SISTEMA ALIMENTAÇÃO INJEÇÃO ELETRÔNICA, SUSPENSÃO DIANTEIRA: GARFO TELESCÓPICO / 100 MM SUSPENSÃO TRASEIRA: DOIS AMORTECEDORES / 83MM, PNEU DIANTEIRO: 60/100 - 17, PNEU TRASEIRO: 80/100 - 14. BATERIA DE 12V-4-AH, COMBUSTÍVEL À GASOLINA, CAPACIDADE MÍNIMA TANQUE DE 4,2 LITROS. GARANTIA DO FABRICANTE: 03 ANOS.

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 80.500,00 (Oitenta mil e quinhentos reais)

8. Justificativas para o parcelamento ou não da soluço

Aquisi o de Motocicletas para o Atendimento dos Serviços do SAAE de Morada Nova, esta aquisi o de 05 motocicletas para equipar a frota do Serviço Aut nomo de água e Esgoto (SAAE) de Morada Nova se configura como uma necessidade crucial para atender às demandas crescentes da popula o e garantir a qualidade dos serviços prestados. Diversos fatores comprovam a necessidade dessa iniciativa, entre eles: o Crescimento Populacional e Expansão Urbana: Morada Nova vem experimentando um crescimento populacional constante, o que resulta em um aumento na demanda por serviços de água e esgoto, principalmente nas novas liga es e instala es de hidrômetros, tendo a necessidade de expansão dos serviços na área urbana, com a ocupa o de novas áreas e a constru o de novos bairros, também contribui para essa crescente demanda. As motocicletas, por sua maior agilidade e capacidade de alcançar áreas de difícil acesso, se tornam ferramentas essenciais para atender a essa demanda crescente, especialmente em áreas periféricas e em locais com topografia acidentada. Outro fator que nos faz adquirirmos as aquisi es,   que nossa frota Atual está envelhecida, os veículos automotores do SAAE de Morada Nova apresenta um alto  ndice de envelhecimento, com diversos veículos já ultrapassando a sua vida útil. Essa situa o gera Aumento dos custos com manuten o e reparos, devido ao desgaste natural dos veículos.

A Redu o da eficiência operacional, com maior incidência de quebras e indisponibilidade de veículos em decorrência do mau estado de conserva o dos veículos. As motocicletas zero 0Km, por serem veículos novos e modernos, apresentam menor  ndice de avarias e demandam menos manuten es, o que contribui para a redu o de custos e para a otimiza o da opera o do SAAE. Sendo assim, as novas aquisi es de motocicletas permitirá o Serviço Aut nomo de água e Esgoto-SAAE prestar os serviços diretamente com seus fornecedores do bem ou serviço desejado com maior rapidez e qualidade.

Justificativas para o Parcelamento ou Não da Solu o Avalia o da Divisibilidade do Objeto O primeiro passo na defini o do parcelamento envolve avaliar a divisibilidade técnica do objeto sem comprometer sua funcionalidade ou os resultados pretendidos. Essa análise deve considerar as especificidades técnicas e a integridade do objeto, determinando se o

mesmo pode ser segmentado sem prejudicar sua eficácia. A Viabilidade Técnica e Econ mica A análise de viabilidade técnica e econ mica   crucial para assegurar que a qualidade e eficácia dos resultados não sejam comprometidas pela divisão. Esta etapa deve envolver um estudo detalhado sobre os custos e benefícios da divisão, avaliando se o parcelamento potencializa o aproveitamento de recursos e maximiza a e ciência. Economia de Escala   fundamental assegurar que o parcelamento não resulte em perda de economia de escala, evitando que a divisão acarrete aumentos proporcionais de custos que superem os benefícios da divisão. A manuten o de uma economia de escala vantajosa   essencial para a e ciência do processo de aquisi o. A Competitividade e Aproveitamento do Mercado Deve-se avaliar se o parcelamento favorece a competi o e permite um melhor aproveitamento do mercado, incentivando a participa o de uma gama mais ampla de fornecedores, incluindo empresas de menor porte. Este critério visa ampliar as oportunidades de negócios e fomentar uma concorrência saudável.

Decisão pelo Não Parcelamento Caso a decisão seja por não parcelar um objeto tecnicamente divisível, uma justificativa clara deve ser fornecida, indicando os potenciais prejuízos, como perda de economia de escala ou impactos adversos nos resultados almejados. Esta decisão deve ser fundamentada e documentada rigorosamente. Análise do Mercado Uma análise de mercado detalhada deve acompanhar a justificativa, mostrando que a decisão de parcelamento ou não está alinhada com as práticas do setor econ mico relevante. Isso inclui considerar a capacidade de fornecimento do mercado, precifica o e tendências. Considera o de Lotes Em situa o de aquisi o volumosas, devesse considerar a divisão em lotes para permitir a participa o de fornecedores que, de outro modo, não teriam capacidade para entregar o volume total, sempre garantindo que isso não resulte em impactos negativos   economia de escala. Aplic o Prática Para a aplica o prática desses critérios em um estudo técnico preliminar,   crucial: Documentar Cada Passo Incluir análises detalhadas que abordem cada critério acima, fornecendo bases sólidas para cada decisão. Justificativas Baseadas em Dados: Suportar todas as decisões com dados concretos sobre o mercado e análises de viabilidade e técnicas. Transparência e Conformidade: Manter o processo transparente e em conformidade com a legisla o vigente, facilitando a compreensão e a fiscaliza o posterior. O objetivo   assegurar que a decisão de parcelar ou não seja feita com base em um entendimento profundo e bem fundamentado, garantindo a melhor utiliza o dos recursos disponíveis e maximizando os benefícios para a Administra o Pública e para a sociedade como um todo.

9. Alinhamento entre a Contrata o e o Planejamento

O Alinhamento entre a Contrata o e o Planejamento O processo de contrata o ora em discussão está rigorosamente alinhado ao Plano de Contrata es Anual (PCA) da entidade para o exercício financeiro corrente. Este alinhamento propõe não apenas uma congruência entre a necessidade efetiva da entidade e as a oes planejadas para atend las, mas também garante a observa o direta dos princípios de e ciência, economicidade, e legalidade, que devem reger toda a o da administra o pública. O PCA, documento norteador de todas as a oes de contrata o da entidade, foi elaborado com base em uma análise detalhada das necessidades de cada setor, em conjunto com as disponibilidades orçamentárias para o exercício em questão. Dentro deste contexto, o processo de contrata o atual insere-se como peça chave para a realiza o dos objetivos delineados no plano, assegurando que cada etapa de contrata o esteja em perfeita sintonia com os propósitos e metas previamente estabelecidos. Detalhamento do Alinhamento

1. **Objetivos e Metas:** A contratação proposta está alinhada aos objetivos e metas definidos no PCA, visando o cumprimento dos objetivos estratégicos da entidade. Esta aliança estratégica assegura que os esforços e recursos investidos contribuam de forma direta para a execução das metas almejadas pela entidade no determinado exercício financeiro.
2. **Racionalidade e Eficiência:** Ao seguir o PCA, esta contratação demonstra a busca pela racionalidade na aplicação dos recursos públicos, selecionando os meios mais e cientes para alcançar os resultados esperados. Este processo de alinhamento certifica-se de que cada ação contraditória esteja justificada dentro do contexto de necessidades efetivas e possibilidades financeiras da entidade.
3. **Transparência e Legalidade:** A aderência ao PCA garante que o processo de contratação esteja em conformidade com a legislação vigente e diretrizes de governança corporativa. Este alinhamento assegura um processo transparente, no qual todas as etapas e decisões de contratação são devidamente documentadas e alinhadas com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
4. **Gestão de Riscos:** Ao planejar suas contratações anuais, a entidade realizou uma detalhada análise de riscos, contemplando variáveis que pudessem impactar tanto a execução quanto o sucesso das contratações. A sintonia com o PCA assegura que o processo de contratação esteja atento e preparado para mitigar os riscos identificados, promovendo uma gestão eficaz e previdente. Portanto, a inserção deste processo de contratação no contexto do Plano de Contratações Anual da entidade para o determinado exercício financeiro evidencia uma gestão planejada, responsável e alinhada às necessidades reais da entidade, contribuindo de forma decisiva para o alcance dos objetivos institucionais e a maximização do uso e ciente dos recursos públicos.

10. Resultados pretendidos

Resultados Pretendidos com Base na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, conhecida como a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, surge como um marco regulatório fundamental para promover uma evolução nos procedimentos de licitações e contratos realizados pela administração pública. Através de uma análise das jurisprudências e dos posicionamentos dos tribunais superiores acerca desta legislação, é possível identificar os resultados pretendidos com sua aplicação. A seguir, são apresentados os principais objetivos que se buscam alcançar com a implementação da Lei 14.133.

1. **Maior eficiência nas Licitações:** Um dos principais resultados pretendidos com a nova lei é a busca por maior e ciência nos processos licitatórios. Jurisprudências recentes têm indicado a necessidade de processos mais ágeis e menos burocráticos, que ao mesmo tempo garantam a transparência e a competitividade entre os participantes. A e ciência é um pilar fundamental desta nova lei, orientando a modernização dos procedimentos e a adoção de tecnologias digitais para facilitar e agilizar as licitações.
2. **Promoção da Transparência e do Controle Social.** A transparência nos processos licitatórios e nos contratos administrativos é uma demanda constante da sociedade e tem sido reforçada pelas decisões judiciais. A Lei 14.133 fortalece este aspecto, determinando a publicação detalhada de todos os procedimentos e a utilização de meios eletrônicos acessíveis para a divulgação de informações. Assim, pretende-se não apenas permitir um controle social mais efetivo, mas também fomentar a integridade e a confiança nas relações entre o poder público e o setor privado.
3. ****Estímulo à Inovação e ao Desenvolvimento Sustentável.** Um resultado visado pela Lei 14.133, que tem ganhado destaque nas jurisprudências, é o estímulo à inovação e ao

desenvolvimento sustentável nas contrata es públicas. A legisla o incentiva a ado o de critérios de sustentabilidade e inova o tecnológica tanto na fase de licita o quanto na execu o dos contratos. Isto reflete a necessidade urgente de promover práticas que respeitem o meio ambiente e fomentem o desenvolvimento tecnológico, aspectos estes que são cada vez mais valorizados pelo poder judiciário.

4. **Amplia o da Competitividade e da Igualdade de Condi es**** As decisões judiciais que fundamentam a aplica o da Lei 14.133 apontam para a necessidade de garantir um ambiente de competi o justa e igualitária entre os participantes das licita es. A nova legisla o busca ampliar a competitividade ao simplificar os procedimentos de participa o, eliminar barreiras injustificadas e fomentar a participa o de pequenas e m dias empresas. Este ambiente competitivo e inclusivo   essencial para maximizar a qualidade e a eficiência dos serviços e produtos contratados pela administra o pública.

5. **Fortalecimento dos Mecanismos de Fiscaliza o e Responsabiliza o**** Por m, a jurisprudência tem destacado a importância dos mecanismos de fiscaliza o e responsabiliza o no contexto das contrata es públicas. A Lei 14.133 prevê a ado o de medidas rigorosas para o monitoramento contínuo dos contratos, bem como para a puni o de atos ilícitos. Este enfoque na fiscaliza o e na responsabiliza o   crucial para prevenir a corrup o, garantir a execu o efetiva dos contratos e promover o uso responsável dos recursos públicos. Em suma, a aplica o da Lei 14.133, corroborada pelas jurisprudências e decisões dos tribunais superiores, tem o potencial de produzir uma série de melhorias nos processos de licita o e contrata o pública no Brasil. Os resultados pretendidos abrangem desde a eficiência e transparência até a inova o, sustentabilidade, e justiça competitiva, estabelecendo uma base sólida para o aprimoramento contínuo da administra o pública e a promo o do desenvolvimento nacional.

11. Providências a serem adotadas

As Providências a serem adotadas ao longo da execu o de projetos ou da implementa o de processos,   crucial estar preparado para tomar decisões rápidas e eficazes em face de imprevistos ou desvios em rela o ao planejado. Esta se o detalha as providências a serem adotadas para garantir o sucesso e a efici cia da gestão, dividindo-se em instru es claras e ajustáveis conforme a necessidade.

11.1 Defini o de Medidas Corretivas

11.1.1 **Identifica o de Desvios** Monitorar constantemente o progresso do projeto/processo para identificar precocemente qualquer desvio em rela o ao plano original. Isso inclui compara es periódicas de custos, prazos e qualidade dos entregáveis.

11.1.2 **Análise Causal** Uma vez identificado um desvio,   fundamental analisar suas causas. Isso pode envolver revisão de documenta o, entrevistas com a equipe, ou consultoria com partes interessadas externas.

11.1.3 **Planejamento de A es Baseado na análise causal**, desenvolver um plano de a o que não apenas trate os sintomas do desvio, mas suas causas fundamentais. Isso deve incluir uma estimativa de recursos necessários e prazos para implementa o.

11.2 Gerenciamento de Riscos

11.2.1 **Identifica o de Riscos** Continuamente identificar novos riscos   medida que o projeto/processo evolui, utilizando técnicas como brainstorming, análise de SWOT ou entrevistas com partes interessadas.



11.2.2 Avalia o e Prioriza o de Riscos Cada risco identificado deve ser avaliado em termos de sua probabilidade de ocorrência e impacto potencial. Riscos com maior probabilidade e impacto devem ser priorizados.

11.2.3 Planejamento de Resposta a Riscos Para os riscos mais críticos, desenvolver planos de resposta específicos. Isso pode incluir a es para minimizar a probabilidade de ocorrência do risco, bem como planos de contingência.

11.3 Comunica o Eficaz

11.3.1 Estratégia de Comunica o Definir uma estratégia de comunica o que assegure a dissemina o clara e eficaz das informa es entre todas as partes interessadas. Isso inclui a defini o dos canais de comunica o, frequência das atualiza es e a lista de destinatários por tipo de informa o.

11.3.2 Atualiza es Regulares Manter todas as partes interessadas informadas sobre o progresso do projeto/processo, bem como sobre quaisquer problemas e as medidas corretivas planejadas.

11.4 Reavalia o Contínua

11.4.1 Monitoramento do Plano de A o Após a implementa o de qualquer plano de a o ou resposta a risco,   crucial monitorar seu sucesso e realizar ajustes conforme necessário.

11.4.2 Feedback das Partes Interessadas Incorporar feedback regular das partes interessadas para garantir que as medidas corretivas estejam alinhadas com as expectativas e necessidades.

11.5 Documenta o e Registro

11.5.1 Arquivamento de Documentos Manter um arquivo completo de todos os documentos relacionados ao projeto/processo, incluindo planos, relatórios de progresso, documenta o de desvios e a es corretivas, e comunica es importantes.

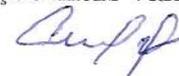
11.5.2 Li es Aprendidas Ao final do projeto/processo, realizar uma análise retrospectiva para identificar li es aprendidas. Documentar essas li es de forma a informar projetos/processos futuros. Adotar essas providências permitirá n  apenas que desafios sejam enfrentados de maneira estratégica e eficiente, mas também que o aprendizado seja capturado e aplicado continuamente, aprimorando a gestão de projetos e processos de maneira sustentável e evolutiva.

12. Justificativa para ado o do registro de preços

A Justificativa para Ado o do Registro de Preços A ado o do Sistema de Registro de Preços (SRP) apresenta-se como uma estratégia eficaz de contrata o na administra o pública, pautada em premissas de e ciência, economia e flexibilidade. A fundamenta o para a escolha desse regime encontra respaldo em diversos princípios e diretrizes previstos na Lei n  14.133, de 1  de abril de 2021, conhecida como Lei de Licita es e Contratos Administrativos.

Esta lei incorporou e expandiu o entendimento sobre práticas de licita o e contrata o pública, alinhando-as às necessidades de moderniza o e às exigências de uma gestão pública e ciente e transparente.

A Econ mica e Eficiência A op o pelo Registro de Preços, conforme permitido pelo artigo 62 da Lei 14.133/2021, está embasada na busca por economia e eficiência administrativa. Uma vez que o registro de preços permite a contrata o de bens e serviços conforme a necessidade, evita-se a acumula o desnecessária de estoques e o desperdício de recursos públicos. Além disso, a competi o estabelecida pelo sistema gera preços mais vantajosos para a administra o.



A Flexibilidade e Agilidade A natureza flexível do SRP, conforme delineado na Lei, promove uma agilidade sem precedentes na contratação de bens e serviços essenciais para a prestação de serviços à população. Esta modalidade proporciona à administração pública a capacidade de responder de forma mais rápida e adequada às suas necessidades, adaptando-se a mudanças de demanda ou urgências imprevistas sem a necessidade de novos processos licitatórios. O Planejamento e Transparência nos Registro de Preços também se alinha aos princípios de planejamento e transparência, essenciais na gestão pública e reiterados na Lei 14.133/2021. A sistemática adoção deste regime permite um melhor planejamento das compras e contratações ao longo do tempo, facilitando a gestão de recursos e a previsibilidade orçamentária. A transparência é garantida pelos procedimentos de registro e divulgação dos preços acordados, o que contribui para a fiscalização dos atos pela sociedade e órgãos de controle.

A Jurisprudência e Consolidação na Legislação O Tribunal de Contas da União (TCU) tem reiteradamente reconhecido a legalidade e a eficiência do Sistema de Registro de Preços como mecanismo de contratação, desde que observados os limites e condições impostos pela legislação, reforçando sua importância como ferramenta de gestão pública responsável. Decisões e acórdãos dessa corte ressaltam a necessidade de observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e eficiência, consolidados na Lei nº 14.133/2021.

A Conclusão pela NÃO adoção do Registro de Preços, fundamentada nas disposições da Lei 14.133/2021 e nas jurisprudências relevantes, representa uma estratégia alinhada aos princípios de eficiência, economia, flexibilidade, planejamento e transparência na administração pública. Este regime oferece uma base jurídica sólida e alinhada às melhores práticas de governança pública, possibilitando uma gestão mais eficaz e responsável dos recursos disponíveis, em benefício da sociedade.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

Os possíveis Impactos Ambientais e Respectivas Medidas Mitigadoras

1. Introdução Sob a égide da Lei 14.133/2021, conhecida como a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, todos os projetos, obras, serviços e compras públicas devem considerar critérios de desenvolvimento sustentável, englobando, assim, a preocupação com possíveis impactos ambientais e a busca por medidas mitigadoras eficazes. Essa disposição legal reforça a necessidade de uma análise detalhada dos impactos que os empreendimentos públicos possam gerar ao meio ambiente, além de estabelecer mecanismos para sua mitigação.

2. Impactos Ambientais Relevantes e Medidas Mitigadoras

2.1 Desmatamento: Uma das consequências mais diretas de projetos de infraestrutura é a remoção de vegetação natural, podendo levar à perda de biodiversidade e desequilíbrios ecológicos. Mitigação: Implementar a compensação ambiental por meio do replantio em áreas equivalentes, além de promover o resgate de fauna e ora antes do início das obras.

2.2 Poluição Aquática: O lançamento de resíduos e produtos químicos em corpos d'água pode afetar drasticamente a qualidade da água. Mitigação: Utilizar sistemas de tratamento de efluentes e evitar a disposição de materiais tóxicos próximos a fontes hídricas.

2.3 Emissão de Poluentes Atmosféricos: Obras e atividades podem aumentar a emissão de gases nocivos, contribuindo para a poluição do ar. Mitigação: Adotar tecnologias menos



poluentes, como equipamentos com controle de emissão de gases e implementar medidas de compensação como o plantio de árvores.

2.4 Perturbação do Solo e Erosão. A movimentação da terra em grande escala pode levar à erosão e perda de solo fértil. Mitigação: Realizar planejamento que minimize a movimentação do solo e utilizar técnicas de contenção de erosão.

2.5 Impacto sobre a Fauna: As obras podem provocar deslocamento ou morte de espécies animais nativas. Mitigação: Efetuar estudos de fauna para identificar as espécies presentes e planejar ações para seu resgate ou deslocamento seguro.

3. Sistema de Gestão Ambiental para assegurar a efetividade das medidas mitigadoras, é essencial implementar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), conforme preconiza a Lei 14.133/2021. O SGA deve ser integrado às etapas de planejamento, execução e operação, promovendo o monitoramento constante dos impactos e a eficácia das medidas adotadas.

4. Avaliação e Monitoramento Contínuo. A legislação prevê ainda que a avaliação e o monitoramento dos impactos ambientais devem ser atividades contínuas, permitindo ajustes nas medidas mitigadoras conforme necessário. Essa abordagem dinâmica assegura uma resposta rápida a eventuais desvios ou identificação de novos impactos não previstos inicialmente.

5. Conclusão A Lei 14.133/2021 estabelece um marco legal que sublinha a importância de conjugação dos esforços de desenvolvimento econômico e social com a proteção ambiental. Assim, ao contemplar os possíveis impactos ambientais e adotar medidas mitigadoras específicas, os empreendimentos e atividades públicas demonstram não apenas conformidade legal, mas também um compromisso com um futuro sustentável para as gerações atuais e futuras. Respeitar e implementar essas diretrizes é fundamental para a construção de uma sociedade mais consciente e responsável perante o meio ambiente.

14. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação

14.1 O Posicionamento Conclusivo sobre a Viabilidade e Razoabilidade da Contratação com Base na Lei 14.133 A Lei 14.133, sancionada em 1º de abril de 2021, conhecida como a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, introduz inovações importantes e procedimentos voltados à maior e ciência, transparência e segurança jurídica nos processos de licitação e contratação pública no Brasil. Essa legislação substitui as antigas leis 8.666/93, 10.520/2002 e outros regulamentos que tratavam do tema, consolidando em um único diploma legal as regras para licitações e contratos públicos.

14.2. A Viabilidade e Razoabilidade nas Contratações, A nova lei estabelece uma série de mecanismos e critérios que asseguram a viabilidade jurídica e regulamentar das contratações. Isso inclui procedimentos mais rígidos para a realização de estudos técnicos preliminares, elaboração de projetos básicos e executivos mais detalhados, e critérios de julgamento que visam assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública não só em termos de custo, mas também considerando critérios de sustentabilidade, inovação e tecnologia.

14.3 A Razoabilidade Econômica: A Lei 14.133/21 também centra esforços em garantir a razoabilidade dos contratos públicos do ponto de vista econômico. O estabelecimento de modalidades de licitação como o diálogo competitivo, por exemplo, permite à administração discutir com os licitantes potenciais as soluções mais inovadoras e econômicas para o atendimento de suas necessidades, antes da formalização da proposta final. Além disso, o regime de execução indireta sob o critério de empreitada por preço global incentiva a execução e ciente dos contratos, ao passo que limita os riscos financeiros para a

administração pública. Jurisprudências Relevantes: Até o momento de corte deste documento, algumas decisões judiciais já começaram a moldar a interpretação e aplicação da Lei 14.133/21. Inúmeros tribunais têm destacado a importância dos princípios da eficiência e da economicidade, reiterando que todas as decisões tomadas no âmbito das licitações e contratações públicas devem estar alinhadas a estes princípios. Além disso, a jurisprudência tem dado suporte à ideia de que a administração pública deve sempre buscar a maximização dos recursos públicos, garantindo-se assim que os contratos firmados sob a égide da nova lei atendam à demanda pública da forma mais e ciente e econômica possível.

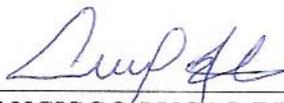
Conclusão Considerando as disposições da Lei 14.133/21 e sua interpretação pelas cortes brasileiras até o momento, conclui-se que a nova Lei de Licitações representa um avanço significativo no sentido de proporcionar um ambiente de contratações públicas mais transparente, e ciente e juridicamente seguro. Através de suas inovações, como a adoção de novas modalidades licitatórias, a exigência de elaboração de estudos técnicos mais aprofundados, e a valorização de critérios de sustentabilidade e inovação, a legislação cria um cenário propício para a realização de contratações que atendem aos critérios de viabilidade e razoabilidade, tanto em termos legais quanto econômicos. Assim, sob a ótica desta nova lei, a contratação pública moderna apresenta-se não apenas como um processo de aquisição de bens e serviços, mas como um instrumento de governança eficaz e responsável, que reflete os princípios e valores de uma sociedade democrática e desenvolvida.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Desde modo, conforme inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21, essa equipe de planejamento **declara a viabilidade** da contratação pretendida, através de Pregão na forma eletrônica, **menor preço por Global/Lote**, motivo pelo qual declaramos a viabilidade e razoabilidade da presente licitação.

Conforme o § 2º do Art. 11 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado pela Equipe de Planejamento e Requisitantes.

Morada Nova-CE, 08 de Maio de 2025



FRANCISCO LUCAS BEZERRA CHAVES
Chefe de Setor de Planejamento
Portaria Nº 0301-T/2025
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO-SAAE